

O arquiteto e a habitação popular

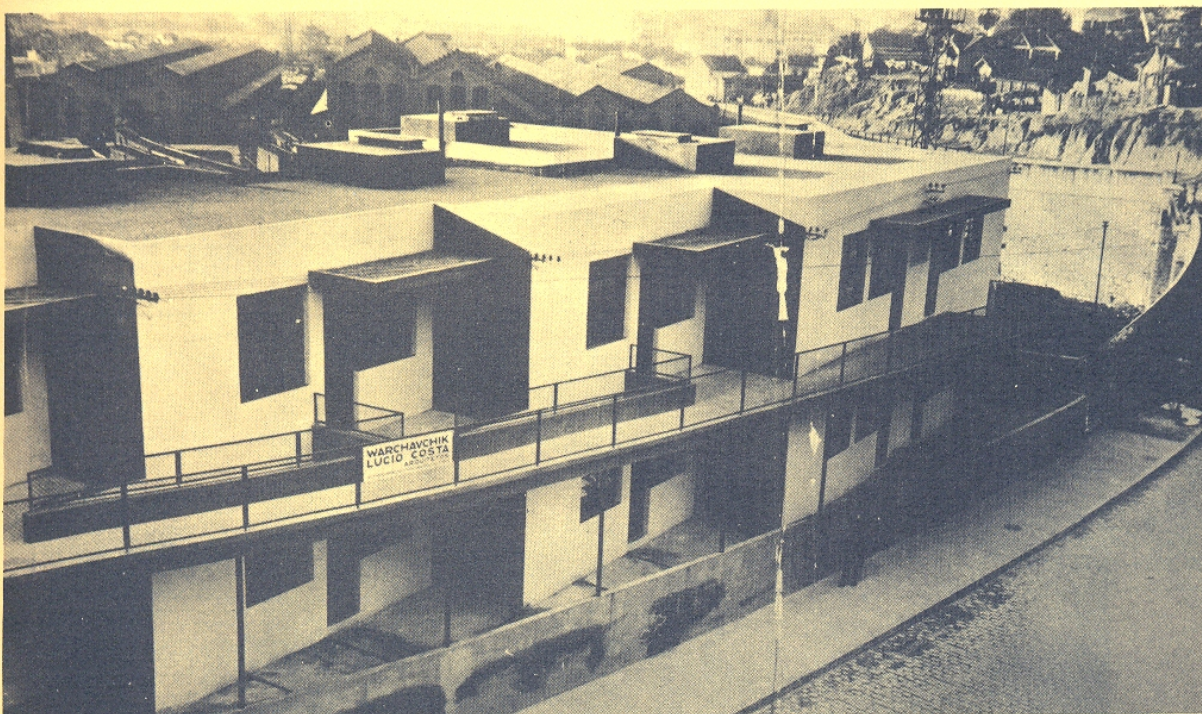
Texto
Lauro Cavalcanti

O primeiro projeto moderno para habitação popular coincide com os primórdios da arquitetura moderna no Brasil. Em sua permanência à frente da Escola Nacional de Belas-Artes, de 1930 a 1931, Lúcio Costa empreende uma tentativa de reforma de ensino, trazendo novos conceitos e professores para a área de arquitetura. Dentre estes destaca-se Gregori Warchavchik, pioneiro na construção de casas modernas em São Paulo. O encontro dos dois arquitetos ultrapassa as fronteiras da escola e, em junho de 1932, após saírem da ENBA, constituem a Sociedade Warchavchik-Costa, que projeta e constrói as primeiras residências modernas cariocas, até sua dissolução em 1933.

Apartamentos econômicos na Gamboa - uma experiência pioneira

Dentre os projetos do escritório encontra-se a vila operária da Gamboa, efetuada por encomenda de um médico, Fábio Carneiro de Mendonça. Dono de um terreno na rua Barão da Gamboa, resolve construir apartamentos destinados a aluguel. São projetadas catorze unidades geminadas (sete no térreo e sete no primeiro pavimento), com sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Situada em terreno pequeno e acidentado, a construção ocupa todo o lote, com acessos laterais servindo aos dois andares. A circulação é externa e aberta, de modo a não prejudicar a insolação e aeração dos apartamentos.

Foto Rembrandt/Arquivo FAU/USP



Gregori Warchavchik e Lúcio Costa: apartamentos econômicos na Gamboa.



A planta quadrada em quatro módulos eliminava a circulação interna e dispunha contíguos banheiro e cozinha, para maior economia na construção. A distribuição e o número de cômodos eram, contudo, semelhantes aos de outras vilas populares da época. A técnica construtiva era tradicional, com uso de alvenaria e piso de tábuas de madeira. Seu aspecto despojado, com paredes absolutamente nuas, ressaltando o jogo de volumes cúbicos, estabelecia a grande diferença em relação a construções similares. Estava nela presente a linguagem plástica utilizada por Warchavchik em seus projetos anteriores: marquises marcando as portas, esquadrias metálicas e lâminas basculantes nas janelas, cobertura em laje plana. O formato curvo da passarela de circulação e balcões de varanda, aliado à pintura verde e Havana de sua fachada, contrasta, no entanto, com as linhas predominantemente retas e a cor branca das fachadas modernas dos primeiros tempos. Muitos creditam esses novos elementos à participação de Costa no projeto.

A execução do conjunto serviu à época para demonstrar a adequação da linguagem moderna a habitações populares, possibilitando barateamento e rapidez na construção. Embora não tenha propriamente inovado em termos de programa, a solução se mostrou correta, sendo pequenas, 53 anos depois, as reformas empreendidas por seus moradores - acessos individuais às moradias e pintura em nova cor.

A repercussão do projeto em 1932 foi muito limitada, tendo o reconhecimento e interesse por esse trabalho pioneiro crescido com o correr dos anos. Deve-se, sobretudo, ressaltar o bom casamento entre uma linguagem moderna e um programa tradicional. Tal união permite, por vezes, uma dupla leitura: a pintura verde e Havana, se por um lado remete a experiências cromáticas efetuadas por Le Corbusier, por outro a aproxima das coloridas construções vizinhas dos subúrbios cariocas.

Apartamentos econômicos na Gamboa: projeto publicado na Revista da Diretoria de Engenharia, julho de 1932.

Monlevade - tradição/vanguarda

É de 1934 um projeto de Lúcio Costa que, embora não construído, possui grande importância no estabelecimento da postura do arquiteto brasileiro frente a projetos de habitação popular. A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira promoveu um concurso para a construção de um conjunto habitacional em zona de prospecção da empresa em Monlevade, MG. Compreendia o programa residências e serviços, como igrejas, armazém e cinema.

Adotou Lúcio Costa o sistema estrutural em concreto armado, com uso de pilotis em todas as construções, com exceção da igreja e do cinema. Argumentou ser essa a solução mais lógica para a acidentada topografia do terreno: "Reduzir ao mínimo estritamente necessário as despesas com movimento de terra que, supérfluo se torna frisar, tanto poderiam encarecer o custo global da obra, além de prejudicar o menos possível a beleza natural do lugar".

No que se refere às residências, o uso de pilotis é acompanhado da adoção do método de pau-a-pique na vedação das paredes. Liberando o piso da casa do solo do terreno, é superado o problema que a umidade geralmente provoca nas habitações de taipa. Em termos espaciais, há um ganho de área com a possibilidade de uso do terreno que normalmente seria ocupado pela construção: "Não se estará mais à frente ou atrás da casa, mas sob a casa".

O projeto de Monlevade mescla uma tecnologia de vanguarda da época - o concreto armado - com um dos mais tradicionais processos construtivos brasileiros. São acentuados os possíveis pontos

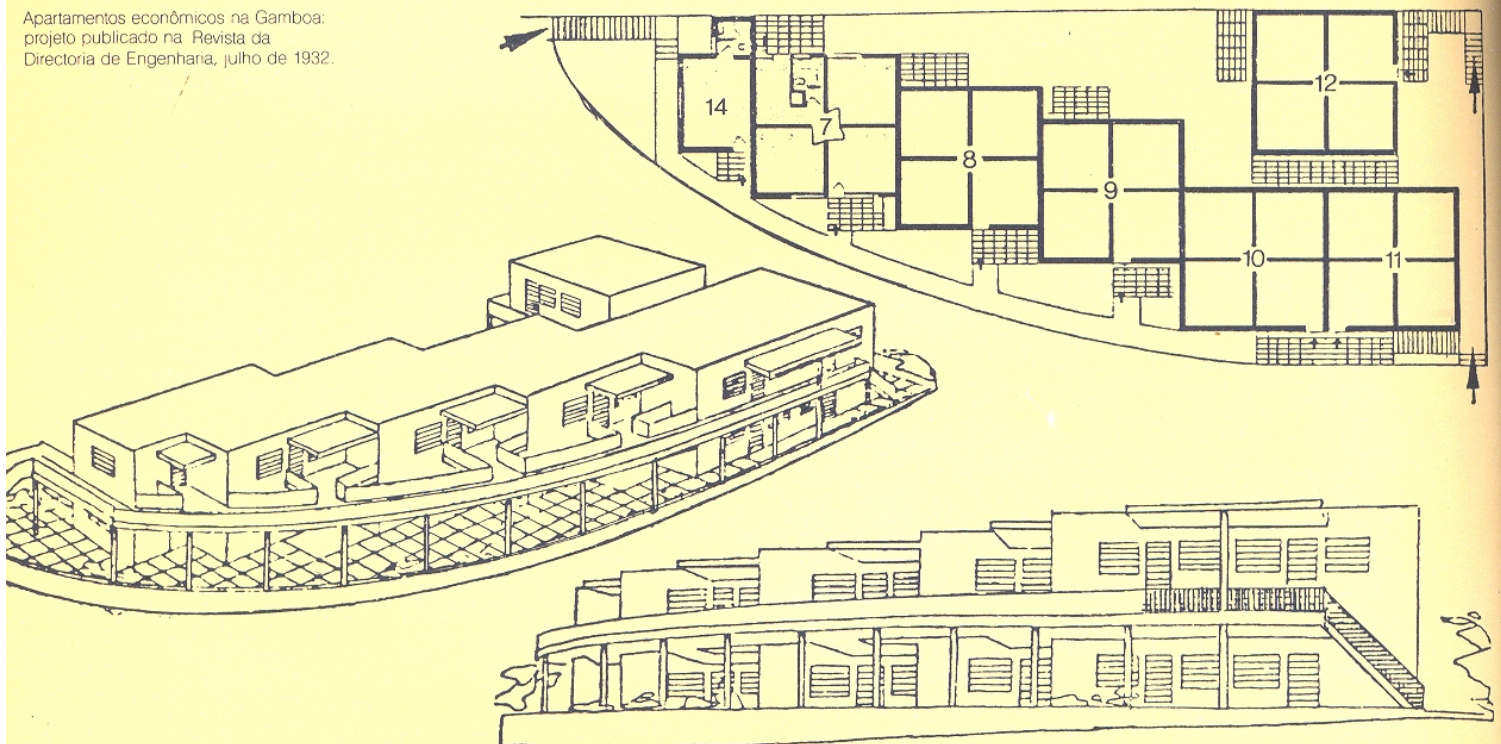
de contato e semelhanças estruturais entre os sistemas, com os pilares de concreto substituindo as palafitas de madeira. Conseguiu ultrapassar, em 1934, uma sólida crença de incompatibilidade entre pesquisas modernas e técnicas do passado.

Conjunto Pedregulho (1950) - postura idealista

Em 1947, a prefeitura do Rio de Janeiro resolveu construir em terreno do Departamento de Água e Esgoto, no bairro de São Cristóvão, um conjunto de alojamento e serviços anexos, destinado aos funcionários municipais de baixa renda. Visava constituir uma unidade residencial completa e autônoma, dispondo de serviços comuns necessários à vida diária dos moradores. Para o estabelecimento do programa definitivo, foram realizados pelo Departamento de Habitação Popular do município um recenseamento dos futuros habitantes e cuidadosa pesquisa sobre suas necessidades e condições de vida. Foram analisadas 570 famílias (aproximadamente 2 400 pessoas), cujos dados serviram de base para a elaboração do projeto.

O programa compreendia, além de quatro blocos de habitação, prédios e instalação para mercado, posto de saúde, creche, jardim de infância, escola primária, ginásio, piscina, campos de jogo e lavanderia mecânica. O projeto de Afonso Reidy estabeleceu, através dos próprios volumes, a diferenciação de funções das construções: o paralelepípedo foi usado nos prédios residenciais, o prisma trapezoidal nos edifícios públicos e a abóbada apareceu nas construções esportivas.

Um grande edifício, com 260 m de extensão, seguindo sinuosamente a encosta mais elevada do terreno, contém 272 apartamentos de diferentes tipos: os dois andares inferiores contêm aparta-



mentos de uma só peça. Os apartamentos dos demais andares são duplex, possuindo de um a quatro dormitórios. A solução de um grande prédio serpenteante, inovadora à época, justificava-se por economia, ao concentrar as instalações e seguir as curvas do morro, evitando grande movimento de terra; sua colocação no alto do morro propiciava, também, uma bela vista da baía de Guanabara; a solução duplex das unidades permitia utilização mínima da testada, possibilitando maior número de apartamentos. O acesso ao edifício é feito através de escadas dispostas a cada 50 m e por intermédio de passarelas que ligam o terceiro andar, em piloti aberto, a uma avenida que corre paralela ao prédio, no topo da colina. Essas duas formas de acesso permitiam dispensar o uso de elevadores, mesmo possuindo o prédio sete pavimentos.

Completam as unidades residenciais dois blocos de 80 m de extensão, dispostos paralelamente ao pé da colina, contendo 56 apartamentos duplex, com dois, três e quatro dormitórios. Foi neles pela primeira vez utilizado um bloco cilíndrico separado, contendo a escada em espiral. Além de bom efeito plástico, a solução permitia, ao isolar o acesso vertical, economia e rapidez em sua execução. O quarto bloco residencial não chegou a ser construído e teria doze pavimentos com elevador e apartamentos de dois, três e quatro dormitórios.

A construção do conjunto de Pedregulho foi lenta, arrastando-se por mais de quinze anos. Optou Reidy por começar as obras pelos prédios de ser-

viços gerais que consubstanciavam a filosofia básica do empreendimento. Segundo esta, o arquiteto deve intervir na vida do grupo, visando fazê-lo progredir. A arquitetura deve ser elemento de transformação social, dando concretude ao desejo de ação efetiva na evolução da sociedade. À semelhança de Le Corbusier, acreditava firmemente Reidy na ação reformadora da arquitetura, que desempenharia forte papel na mudança social. No caso de Pedregulho, estava tal filosofia representada, principalmente nos prédios da escola, jardim de infância, creche, piscina e ginásio. Sabe-dor das dificuldades que enfrentaria para concluir a construção, sujeito a mudanças na administração municipal, temia que tais serviços pudessem vir a ser considerados supérfluos. Por outro lado, sabia que as unidades residenciais acabariam sendo concluídas, o que de fato ocorreu, com exceção do bloco de doze pavimentos.

A demora na construção de unidades residenciais, embora estrategicamente correta, ocasionou um problema. As pessoas originalmente recenseadas raramente se beneficiaram dos apartamentos e, em muitos casos, sua situação familiar e necessidades mudaram consideravelmente com o correr dos tempos. Por outro lado, freqüentemente, a mudança para Pedregulho correspondia a uma ascensão que não era acompanhada por uma melhoria efetiva de vida, como melhor emprego, remuneração etc. Dessa forma, os moradores se viram diante de espaço que exigia um aumento de repertório econômico-social que não havia ocorrido. Passaram a habitar, como "estrangeiros", organizações espaciais que pressupunham hábitos e modos de vida totalmente distintos dos seus. Algumas vezes, esse fato gerou inaptações e mau uso de equipamentos.

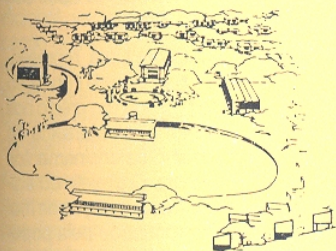
Tal fenômeno estimulou comentários reacionários acerca da inutilidade de se tentar melhorar a vida de elementos "selvagens" despreparados para melhores hábitos. Raramente, porém, foi tocado o ponto que encerra os maiores ensinamentos,

concernente aos próprios limites da arquitetura. É absolutamente inócua atribuímos a ela, isoladamente, o papel de transformadora social. Um novo modelo de habitação se transforma em apenas mais um elemento imposto pelas classes dominantes, caso não venha acompanhado de mudanças sociais profundas e radicais.

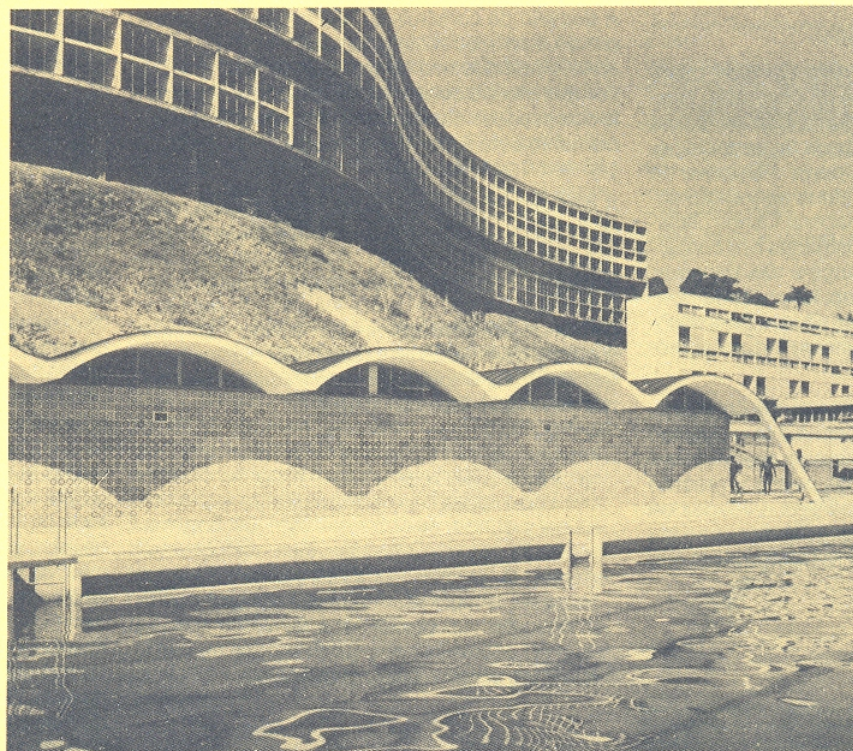
O conjunto de Pedregulho é exemplo de uma postura idealista em relação à habitação popular. Essa corrente não solucionou os problemas habitacionais mais gerais e talvez nem mesmo se propusesse a tanto. Produziu, no entanto, eloqüentes manifestos sobre moradia popular, além de alguns prédios inovadores plástica e estruturalmente. Outros exemplos de prédios que seguiam a mesma postura são: o conjunto da Gávea (1952), do próprio Reidy, os projetos de Atílio Correa para a Várzea do Carmo (1942) e Vila Heliópolis (1943), em São Paulo, o conjunto de Vila Isabel (1956), de Francisco Bolonha.

Remoção de favelas/conjuntos habitacionais - uma postura cirúrgica

Na década de 60, correspondendo ao próprio "endurecimento" na vida política brasileira, prevaleceu um enfoque cirúrgico em relação à habitação popular. As favelas eram vistas como anomalias, doenças sociais que deviam ser sumariamente extirpadas. As decisões passaram nesses anos longe das pranchetas dos arquitetos, obedecendo a critérios eminentemente políticos. Intensificaram-se as remoções, principalmente daquelas favelas situadas em bairros valorizados das cidades. Mudou-se o local de moradia de populações inteiras - algumas vezes de forma violenta, como nas favelas cariocas da Catacumba (Lagoa) e Pasmado (Botafogo) -, transferindo-as para conjuntos habitacionais construídos pelo governo na periferia das capitais. Desnecessário torna-se dizer que os resultados foram os piores possíveis.



Lúcio Costa, vila Monlevade



Alfonso Eduardo Reidy, conjunto residencial de Pedregulho.

Desarticulando comunidades, transferindo-as para locais distantes de seu trabalho, trouxe tal política problemas de ordem econômica e da própria qualidade das moradias. Os conjuntos habitacionais eram rígidos e pouco criativos. As plantas das moradias reproduziam em miniatura a estrutura da casa burguesa, contrastando com a estrutura flexível das habitações de favela. Passaram os moradores a efetuar reformas nas casas, tentando adaptá-las a suas necessidades. Era comum, também, o caso de depreciações, forma extrema, talvez, de reagir à moradia que lhes havia sido autoritariamente imposta. Estudos como *Passa-se uma Casa*, de Lúcia Valadares, mostram o malogro do sistema, do ponto de vista econômico. Na maioria dos casos, os moradores transferidos para os conjuntos habitacionais, não possuindo recursos para arcar com as prestações das novas casas, cederam seus contratos a terceiros e voltaram a morar em favelas.

Brás de Pina e Manilha - postura pragmática

Nas décadas de 60 e 70 foram implantados projetos decorrentes da articulação entre representantes de movimentos de grupos ou setores da população com técnicos interessados em interligar fenômenos sociais e econômicos dentro do meio urbano. Assumiram os arquitetos uma postura pragmática, incorporando e incentivando a utilização de métodos e linguagem construtiva da própria população. Tais projetos, ao contrário da atuação sistemática e institucionalizada de órgãos como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab), representaram tentativas isoladas de melhoria de vida das camadas populares, através da urbanização de favelas e do assessoramento técnico na elaboração de plantas e na construção de unidades habitacionais. Entre esses projetos destacam-se os casos de Brás de Pina e da Manilha, favelas situadas na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Brás de Pina

A história de Brás de Pina começa em 1964, quando a favela já tinha trinta anos de existência. Nessa época, os órgãos de comunicação de massa passaram a divulgar a resistência de parte da população e de um grupo de líderes à tentativa de remoção dos moradores indicada pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para as casas recém-construídas nos conjuntos habitacionais de Vila Aliança e Vila Kennedy. A remoção, a cargo da Cohab, foi pensada devido ao valor do terreno onde se situava Brás de Pina, uma área de desenvolvimento industrial próxima à avenida Brasil.

A articulação de líderes comunitários com setores progressistas da Igreja permitiu que dois terços dos favelados permanecessem residindo em Brás de Pina. O terço restante cedeu à pressão do governo e foi removido para as unidades da Cohab a ele destinadas. Os que ficaram eram em número de 4 416, agrupados em 892 famílias que ocupavam 812 barracos.

*Deixar de fazer é uma
forma de planejar. Esta
a máxima observada em
Manilha. Aqui, o papel
do arquiteto consistiu
em prestar assistência
técnica de campo
e escritório.*

A própria fisionomia de Brás de Pina, em que não só as casas tinham sido feitas aos poucos pelos moradores, como também o chão onde assentá-las fora conquistado através de aterros graduais do terreno pantanoso, levou à definição de um projeto conjunto de urbanização de arquitetos e favelados, os quais foram informados através de sua associação de todos os planos e consultados sobre as decisões tomadas posteriormente. O grupo de arquitetos, composto entre outros por Aroeira Neves, Carlos Nelson F. dos Santos, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo, valorizou devidamente os investimentos feitos ali anteriormente por conta da comunidade, justificando que os planos de urbanização eram menos onerosos que os de erradicação, em custos financeiros e sociais.

Propuseram que fosse assegurada, com a posse definitiva da terra, a evolução natural da favela através do tempo, visando a sua integração com a cidade. Coube ao Estado fornecer infra-estrutura urbana e serviços a Brás de Pina, sendo tais melhorias devidamente pagas pelos moradores.

A decisão de construir ou não casas e de como construí-las ficou a cargo de cada família, sendo aceitos padrões não-convencionais para a escolha de materiais construtivos e para o planejamento dos espaços das moradias. Foi oferecido financiamento para a compra de materiais de construção aos interessados.

A estrutura original da favela foi respeitada, sendo as obras de urbanização executadas lentamente e usando, sempre que possível, o trabalho dos próprios moradores. Houve posteriormente a necessidade do uso de máquina pesada para trabalhos de terraplenagem, acarretando a entrada em Brás de Pina de empresas especializadas, o que inviabilizou a utilização do trabalho dos moradores nessa fase da obra.

Da mesma forma ocorreu um deslocamento da maioria dos barracos de sua localização original, sendo colocadas nessa segunda etapa algumas restrições às atividades construtivas da comunidade, com o objetivo de melhor adequar as casas ao terreno. Tais fatos, no entanto, não invalidaram a proposição básica que permeou todo o processo de urbanização de Brás de Pina: aquele de efetivamente adequar o saber tecnológico dos arquitetos às necessidades concretas da comunidade. Tendo sido iniciados em 1969, os trabalhos urbanísticos foram executados em torno de um ano e meio. As obras começaram em uma área que estava vazia, onde não houve dificuldades para aterrar o terreno pantanoso, abrir ruas, instalar redes de esgoto e delimitar quarteirões e lotes. Tais lotes foram utilizados para abrigar aqueles barracos que estavam obstruindo as novas vias de circulação projetadas.

Manilha

O lento remanejamento de grupos de barracos para liberar áreas para urbanização também ocorreu no caso da favela da Manilha.

Situada no bairro do Caju, em terreno aterrado, conquistado ao mar em várias etapas, o Parque Nossa Senhora da Penha, nova designação após sua urbanização, contava em 1967 com cerca de 1 674 habitantes, que ocupavam 269 barracos de madeira, havendo, então, muito poucas construções em alvenaria.

Os moradores da Manilha, agrupados em uma área de 9 346 000 m², estavam organizados em uma associação que já reivindicava, desde 1964, a desapropriação do terreno em questão. No princípio de 1967, representantes da associação de moradores procuraram os órgãos competentes para solicitar ao Estado uma planta de urbanização da favela. Tinham eles já em mente a caracterização das unidades habitacionais que seriam ali implantadas, consistindo na substituição dos barracos existentes por construções em tijolos dispostas dentro de um plano racional, em terreno que seria comprado pelos moradores após sua devida desapropriação pelo Estado.

Procuraram a arquiteta Yara Costa Lima, representante do Departamento de Engenharia da Fundação Leão XXIII, que inicialmente projetou um prédio nos moldes da unidade habitacional de Marselha de Le Corbusier, usando os melhores ensinamentos que havia obtido na faculdade. O projeto do edifício foi apresentado na sede da associação de moradores, sendo firmemente recusado pela população local. Argumentaram preferir morar em habitações individuais, mantendo a rede de vizinhança existente, fundamental no auxílio de tarefas de seu cotidiano. Além disso, desejavam um plano que permitisse um desembolso parcelado, pois era impossível arrecadarem a importância que envolveria a construção do prédio. Compreendendo as razões levantadas pela população, desistiu a arquiteta do seu projeto original, passando a assessorar os moradores no estabelecimento do plano de urbanização da Manilha. Talvez pelo menor número de seus moradores em relação àqueles existentes em Brás de Pina, não houve necessidade de o Estado, nesse caso, realizar um desembolso financeiro para a construção das habitações. Cada morador teve a responsabilidade econômica da obra, bem como de sua execução, empreitando mão-de-obra ou através de mutirão com a participação de outros moradores.

Os serviços públicos existentes na Manilha estavam melhor implantados que em Brás de Pina, com cerca de 90% dos moradores sendo servidos de luz e 60% de água encanada. O maior problema na Manilha, como ocorre na maioria das favelas, residia na deficiência do funcionamento de uma rede de esgotamento sanitário e pluvial. A Fundação Leão XXIII forneceu ali o projeto e o material necessários para a execução de uma nova canalização de água e esgotos e da instalação elétrica das casas que foram ali erigidas.

A diferença aqui, em relação a Brás de Pina, é que a obra de urbanização foi realizada em sua maior parte antes que a posse definitiva da terra tivesse sido obtida pelos moradores da Manilha. A idéia presente é que a própria urbanização poderia permitir a atuação posterior do Departamento de Obras do Município quanto ao arruamento e à canalização pluvial, após haver sido devidamente reconhecido o logradouro do Parque Nossa Senhora da Penha pelo órgão competente.

Entendemos que a participação do arquiteto em relação à Manilha exemplifica a máxima segundo a qual "deixar fazer é uma forma de planejar". Partindo de uma solução da própria comunidade, o papel do arquiteto residia em prestar uma assistência técnica de escritório e de campo para o estabelecimento do plano urbanístico e do projeto de cada moradia, mantendo posteriormente no local um mestre-de-obras e um auxiliar encarregados de acompanhar a obra das unidades habitacionais.

Algumas propostas

Cabe ainda referência a algumas propostas desenvolvidas por arquitetos, enfocando novos processos ou racionalização de métodos construtivos tradicionais. Passamos a reproduzir breves depoimentos de seus autores.

- Cajueiro Seco, PE, 1963, Acácio Borsoi:

"A idéia surgiu quando de um trabalho para comunidade de baixa renda; no uso da madeira em casa de taipa, construída segundo o modelo tradicional, verificamos que, racionalizando a fabricação dos entrelaçados e subdividindo a madeira empregada, dando-lhe melhor aproveitamento, se chegaria à duplicação da área vedada, com o emprego da mesma qualidade de material, dando assim maior rendimento.

A fabricação em série de poucos tipos de painéis permitiria uma construção variada e fácil, dentro das disponibilidades econômicas e do interesse de cada família. O módulo de 0,65 representa um submúltiplo da dimensão da casa, na escala dos seus móveis e equipamentos. A fabricação seria feita em linha industrial e a montagem individual por meio de folhas quadriculadas; qualquer cidadão poderia estudar e executar sua casa."

Os arquitetos propuseram que, com a posse definitiva da terra, fosse assegurada a evolução natural da favela através do tempo. O objetivo era integrá-la à cidade.

- Habitações transitórias, Brasília, DF, 1965, Paulo Magalhães:

"A idéia era construir habitações transitórias, que pudessem preencher o espaço entre o barraco e a habitação definitiva.

A técnica construtiva escolhida foram placas pré-moldadas de um concreto fibroso, resultado de um agregado de cimento, areia e fibra vegetal (no caso, cascalho-do-campo e cascalho-canela-de-ema), armado com bambu. A pesquisa foi abandonada com a constituição do BNH."

- Casas com paredes monolíticas de solo-cimento, Taguatinga, DF, 1968, Carlos Magalhães:

Construção de uma casa popular com paredes de solo-cimento, material constituído pela mistura de solo, cimento comum e água. Essa mistura, de baixo custo e fácil preparação, oferece resistência e durabilidade que permitem seu uso nas várias partes de uma edificação.

- Experiência em pau-a-pique, Itamaracá, DF, 1977, Cidno Silveira/Amélia Gama:

"O arquiteto não faz uso da taipa, embora o material apresente incrível maleabilidade. Verifica-se, ainda, que interesses mais organizados mantêm o problema da construção na dependência das soluções industriais, caracterizando-a como técnica de subabitação. Desestimulada, proibida, espalhou-se o estigma do barbeiro (que, já sabemos, se trata de problema de saneamento), numa tentativa de banir esse método construtivo, engravado no nosso meio caboclo. Reintroduzir a taipa representa dinamizar a cultura que se inibiu.

O arquiteto, equipado de conhecimentos para a criação, acaba aceitando a inibição imposta e deixa de cumprir decisivo papel na sua reciclagem. Assim, vamos interferir na sua modulação, imaginar novos espaços, aumentar seus limites, mexer nas proporções e invadir a tecnologia, mas respeitando sempre a tradição essencial, pois é a partir dela que vamos acrescentar o impulso que evita a estagnação, revivifica a cultura, pondo-a em andamento. Não será resolvido nenhum problema de habitação, que sabemos tratar-se de questão política e ligada à estrutura do regime. Interessanos, sim, preservar a tecnologia que faz parte da cultura de sobrevivência, de superação do meio ambiente e de proteção contra nossas carências históricas."

- Seis casas a baixo custo, Belo Horizonte, MG 1980, Éolo Maia:

"Este trabalho apresentado é uma proposta pequena, um grupo habitacional de seis residências para operários de uma firma de prospecção geológica (o salário mensal de cada família é de 18 dólares). Duas residências têm 56 m² de área construída e as demais 45 m² por unidade.

Graças ao anseio dos diretores desta firma, em tentar criar uma opção mais humana, o arquiteto possuiu relativa liberdade de colocar em prática alguns conceitos já elaborados anteriormente em outros trabalhos:

1. Propor construções econômicas (80 dólares por m²), evitando métodos sofisticados, usando materiais comumente encontrados em depósitos de construção e de fácil obtenção para reparos e acréscimos.

2. Evitar a implantação das casas em lotes convencionais. Criou-se uma pequena praça onde as unidades habitacionais se integram quase num único volume, facilitando o contato entre os moradores.

3. Observando conjuntos já existentes, verificamos que são monótonos pela arquitetura e pelo cromatismo utilizado. Assim, propusemos o uso de cores fortes, comumente utilizadas nos bairros da periferia de baixa renda. Essas cores de caráter rústico *kitsch*, rosas, verdes, amarelos, foram organizadas, criando-se uma sucessão de volumes cromáticos identificando cada unidade.

A proposta numa escala maior obteria maiores resultados sociais. Os moradores vizinhos, entusiasmados com as cores alegres do pequeno conjunto, pintaram suas casas, ampliando, pelo menos no ponto de vista cromático, a proposta do arquiteto."

Fontes consultadas:

- *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, Yves Bruand, Perspectiva, São Paulo, 1981.

- Alfonso Eduardo Reidy, catálogo da exposição da PUC, Solar Grandjean de Montigny, Index, Rio de Janeiro, 1985.

- *3 Arquitetos*, Éolo Maia, Maria Josefina Vasconcellos e Sylvio Podestá Pampulha, Belo Horizonte, 1982.

- *Arquitetura de Terra: uma Versão Brasileira*, Solar Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro, 1982.

- "Vila Operária da Gamboa 1933/83", José Pessoa e Sílvia Mulyaert, in revista *Módulo*, 15/8/83.

- *Movimentos Sociais Urbanos*, Carlos Nelson Santos, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.